



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE HISTÓRIA
TCC - MODALIDADE - ARTIGO

RECRUTAMENTO FORÇADO NA GUERRA DO PARAGUAI

Thomaz Neuber
00197889

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lucia Vieira

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para a obtenção de título de bacharelado em História, pelo Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SÃO PAULO
2020

Thomaz Neuber

RECRUTAMENTO FORÇADO NA GUERRA DO PARAGUAI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dra. Vera Lucia Vieira

São Paulo, 2020

Dedico este trabalho a meus pais, Ivone e Marcelo, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis. A meu irmão gêmeo, Rodrigo, que me acompanha desde o início da vida. A minha orientadora, Vera Lúcia Vieira, que me ajudou com toda dedicação e paciência e contribuiu para que eu chegasse preparado até aqui. A Laura, minha psicóloga, que fez o possível e o impossível para manter o meu psicológico alto e prepará-lo para os desafios que viriam.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo central analisar a questão do recrutamento forçado no Brasil durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) investigando as estratégias utilizadas pelo governo e seus desdobramentos para os recrutados. As fontes que subsidiam tal análise são jornais que, à época, eram representativos pelo abrangente público que atingia. São estes: *Jornal do Commercio* (1860 a 1869), *Diário de São Paulo* (1865 a 1878) e *Correio Paulistano*. (1862 a 1869). Tal análise permitiu identificar de que maneira o recrutamento forçado no Brasil era feito, os métodos utilizados pelas autoridades locais e a reação dos recrutados face à probabilidade de ir para a frente de guerra.

Palavras-chave: Recrutamento, resistência, abuso de autoridade, isenção, abismo social

Abstract:

This paper consists of an analysis of forced recruitment in Brazil during the Paraguayan War (1864-1870), investigating the strategies employed by the government and their consequences for the recruits. The sources backing this analysis are newspapers that, at the time, were representative of the population due to the wide public they reached. Such are: *Jornal do Commercio* (1860 to 1869); *Diário de São Paulo* (1865 to 1878) and *Correio Paulistano* (1862 to 1869).

The following analysis made it possible to identify the manner forced recruitment was conducted in Brazil, the methods used by local authorities, and the recruits' reaction to the possibility of going to the war front.

Keywords: Recruitment, resistance, abuse of authority, exemption, social abyss

Sumário

1. Introdução.....	06
2. A posição da imprensa sobre a guerra e o recrutamento.....	09
3. Recrutados voluntários e forçados.....	10
4. Resistências - Ninguém queria ir para a guerra.....	13
5. O protagonismo feminino na guerra.....	14
6. Também os indígenas?.....	15
7. Considerações Finais.....	16

O RECRUTAMENTO FORÇADO NO PERÍODO DE 1860 a 1868, NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Thomaz Neuber¹

Introdução

É necessário, antes de tudo, destacar que, conforme aponta a historiografia, o século XIX é, em si, um grande marco na história da América do Sul. Foi nele que ocorreram as principais disputas que definiriam, não só a fronteira do Brasil, mas a de quase toda a América Latina. É preciso dizer que depois de se separarem de seus colonizadores, reinou entre eles um clima de incerteza sobre o futuro e a sobrevivência de seus respectivos países recém-criados, já que, apesar de estarem livres do domínio europeu, a rivalidade entre eles crescia, pois um desejava o território do outro, acreditando que tal lugar lhe pertencia, ou que lhe fora “roubado”, além do crescente nacionalismo que tomava conta dos recém-formados países.

De acordo com Mariana Nunes (2003), sempre há uma justificativa e uma razão para se começar uma guerra. A autora explica em seu texto “Guerra do Paraguai e sua ideologia” que uma das causas desse conflito foi o expansionismo exacerbado dos dois maiores países sul-americanos: o império luso-brasileiro e províncias argentinas. Ambas tinham o desejo de expandir sua esfera de influência, na região do Rio da Prata, precisamente no território do Uruguai. O império luso-brasileiro desejava obter uma saída através do Rio da Prata, por meio do Mato Grosso, enquanto a nascente nação argentina desejava obter o controle dessa região pelo mesmo motivo e, para isso, precisava que o Uruguai (antiga província da Cisplatina) favorecesse suas pretensões, já que este país ficava na foz do Rio da Prata e controlava quaisquer navios estrangeiros que desejassem entrar ali. De acordo com a autora:

O Uruguai era uma área disputada tanto pelo Brasil quanto pela Argentina. O primeiro sofreu seu processo de independência e então dois partidos foram organizados: os “blancos” e os “colorados”. Brasil e Argentina, passaram a intervir na política interna uruguaia em virtude de seu expansionismo na bacia do Prata. De um lado estava o Brasil que buscava manter as comunicações com Mato Grosso; de outro estava Buenos Aires, tentando restabelecer o domínio sobre a antiga região do Vice-reino do Prata (NUNES, 2003, p. 1).

¹¹ 00197889. Orientadora: Vera Lúcia Vieira

Vários problemas aconteceram antes dessa guerra e contribuíram para o estopim do conflito. O principal deles aconteceu no recém-criado Uruguai (região da Cisplatina), o qual se via envolto em uma violenta guerra civil (21 de março de 1839-8 de outubro de 1851) entre os dois partidos principais: o Blanco e o Colorado.

A Guerra civil no Uruguai atraiu, naturalmente, os interesses econômicos da Argentina e do império luso-brasileiro, que, ironicamente, acabaram apoiando o mesmo partido, que era o Colorado, já que as suas respectivas ideologias eram compatíveis. Além disso, os colorados permitiriam a expansão de seus vizinhos na foz do Rio da Prata e a redução de taxas sobre os produtos exportados, o que bastou para ambos os países (Brasil e Argentina) lhe fornecerem ajuda como armas, mantimentos, entre outros. A liderança gaúcha pressionava o governo brasileiro para que ajudasse os colorados, ao mesmo tempo que uma vitória destes também agradava os comerciantes de Buenos Aires, que viam o conflito do país vizinho como uma maneira de expandir seus negócios, mesmo que à custa de uma guerra. A intervenção brasileira aconteceu no inverno de 1864 e, com ela, veio o bloqueio naval dos portos uruguaios, principalmente o do Paissandu.

É em meio a este conflito que a denominada Grande Guerra, envolvendo o Paraguai, se inicia. Para o desenvolvimento desse artigo, analisamos como fontes os seguintes jornais: Diário de São Paulo, o Correio Paulistano do Rio de Janeiro e o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Fundado em 1827 por Pierre Plancher, o Jornal do Commercio tinha como objetivo retratar e investigar o cotidiano do Rio de Janeiro. Foi contrário ao recrutamento forçado.

O Diário de São Paulo, fundado em 1865, por Pedro Taques de Almeida Alvim e Henrique Schoeder, tinha como principais temas a escravidão, a reforma eleitoral, o federalismo e a questão religiosa. Seu foco era a população mais humilde.

O Correio Paulistano, fundado em 1854 por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, apoiava os partidários liberais, que por sua vez criticavam os abusos cometidos pelas autoridades. Seu objetivo eram os problemas sociais do império.

As interpretações sobre os fatores que levaram a tal guerra são várias. Na perspectiva de alguns historiadores brasileiros, o Paraguai é responsabilizado pelo conflito, conforme aponta a historiadora Mariana Nunes, posição esta que assumiremos neste artigo.

O Paraguai ofereceu mediar a situação no local onde ocorriam as disputas, da mesma maneira que mediou a situação durante a guerra civil Argentina, mas sua oferta de mediação foi recebida com desdém, tanto pelas autoridades brasileiras como pelas argentinas, o que causou uma crise diplomática do império brasileiro com o governo paraguaio. Concomitantemente a isto, outro fator contribuiu para a deflagração da guerra. Foi a mudança na estrutura da política paraguaia, tanto interna como externa e a ascensão do terceiro governante da República, Francisco Solano López (10 de setembro de 1862-1 de março de 1870), que seria o responsável por arrastar o país para uma guerra cuja chance de vitória era praticamente nula, ainda por cima contra os maiores países da América do Sul.

Para piorar a situação, Solano Lopez não apoiava os colorados e o fato de o Brasil ter interferido militarmente na região uruguaia o enfureceu ainda mais, que ao ver o bloqueio naval do Brasil prejudicando seus aliados, os *blancos*, sentiu-se cada vez mais ameaçado por seu vizinho e viu seu poder de influência enfraquecer-se cada vez mais na bacia do rio da Prata, não vendo outra alternativa a não ser declarar guerra e invadir o Brasil, pegando-o de surpresa.

A precariedade das comunicações e o tamanho do território brasileiro impediram uma reação imediata do governo local e permitiram que as tropas paraguaias entrassem sem oposição na região do Mato Grosso e ameaçassem a capital da província, Cuiabá. Após tomar ciência da situação, o governo imperial convocou as tropas do exército brasileiro, mas, considerando que não eram suficientes para os combates que se anunciavam, passou ao recrutamento forçado para combater o inimigo.

O recrutamento militar era um serviço obrigatório, imposto em 1822 (ano da independência do Brasil) que obrigava os homens de idades entre 18 e 35 anos a entrarem no exército. (mulheres não podiam entrar, de acordo com as leis da época). Essa legislação foi emendada diversas vezes até o ano de 1874. Porém, apesar de tanta emenda, essa legislação era totalmente injusta, pois focava apenas na população menos favorecida do país.

Quanto menor fosse o status social do indivíduo, maior a chance de ser obrigado a participar no serviço militar. Tinha a possibilidade de evitar o alistamento, mas não era fácil. De acordo com o autor do texto “Voluntários Involuntários” Marcelo Balaban:

(...) estariam isentos aqueles empregados em “honesta, e legal indústria”, “fontes da prosperidade pública”. Para entender esse critério, alguns exemplos podem ajudar. A instrução de 1822 determinava, por exemplo, que os homens casados, os filhos únicos de lavrador, o irmão de órfão responsável

pela subsistência deste, o filho único de viúva, tropeiros, boiadeiros, carpinteiros, pescadores, estudantes com atestado dos professores certificando sua aplicação, dentre outras pessoas consideradas úteis para o país estavam livres de servir. Em suma, a família, o comércio, o trabalho e as assim denominadas atividades do espírito eram protegidas. (BALABAN, 2009 p. 225).

O texto de Balaban mostra o quão injusto era o sistema de alistamento, pois a grande maioria da população brasileira era analfabeta, portanto, não tinha acesso a nenhum emprego de alta patente que pudesse contribuir para a isenção do recrutamento. E por falta de educação, muitos homens trabalhavam em empregos que não eram considerados dignos da sociedade, sendo assim, presas fáceis para os agentes do governo.

A posição da imprensa sobre a guerra e o recrutamento

Observa-se que essa imprensa consultada era muito crítica durante a guerra. Grande parte da população brasileira do século XIX não sabia ler e nem escrever, o que deixava a leitura das notícias restritas à classe média-alta da sociedade, que era a minoria no império. Vejamos o que o jornal *Diário de São Paulo* diz:

(...) ainda mais. Hoje, na hora extrema, no momento do perigo, recorre-se ao povo, provoca-se-lhe os brios, fala-se ao artista, ao jornalista, ao guarda nacional a linguagem do patriotismo, da honra, do dever: mas, amanhã, passada a crise, tão depressa elles purifiquem o solo da pátria, profanado pelas pisadas do gaúcho: mesmo esses artistas, esses jornalheiros, esses guardas nacionaes serão logo esquecidos, ou espingardeados como já o foram nos pinhaes, em Taubaté, em Cassapava e por toda parte do império, onde elles tem querido exercer desasombrados o mais sagrado e importante dos direitos qual o de nomearem livremente seus representantes. Então, ninguém mais lhes fallará da pátria que reclama hoje o concurso de seu braço o contingente de seu sangue: mas da comissão que traz tal presidente da chapa que lhe apresenta o delegado tal, do voto em favor do candidato tal, sob pena de ser sua pobre casa varejada, sua família incomodada, seus filhos arrastados à prisão para soldados, e eles mesmos victimas do recrutamento e do tiro dos capangas².

Ao analisarmos a fonte acima, vemos o quão inescrupulosos eram os agentes do governo para com o povo na época. Não hesitando em usar os recrutas para seus próprios interesses e depois descartá-los como se a vida destes nada valesse. Outro assunto interessante mencionado na citação mesmo que indiretamente é o chamado “voto de cabresto” que era um mecanismo de acesso aos cargos eletivos por meio da compra de votos. A própria citação nos mostra que era comum o uso da força por parte das autoridades locais para obterem votos.

² *Diário de S. Paulo*, 8 ago. 1865, p.2

Outro jornal que demonstra desprezo pelo recrutamento forçado é o *Correio Paulistano*. Vejamos esse trecho:

Sr. Redactor- permita que por sua conceituada folha, ao público plenteio os exacerbados feitos praticados nesta villa pelo nosso celebros delegado de policia Narareth. O silencio muitas vezes é maior de accarretar fatos bem indecorosos, precidindo de mais questão, vamos narrar o sucintamente o que mais convém. O reinado do tal Sr. Delegado estrangeiro fornece ricos assuntos para encher grossos volumes, porém deixando os demais factos entraremos nos mais comezinhos. Este homem em cujos lábios mora constantemente o sorriso de enganador para tudo é capaz, esquece-se dos deveres de tarimba e de delegado. – A justiça para elle é nada, e serve-se do poder de autoridade para saciar suas vinganças. O recrutamento, ah! Essa palavra do horror, para os homens da roça, é o mesmo que dizer morrer, e para o delegado, é um brinquedo – há homens verdadeiramente inhábéis para o serviço do exército, a esses era a quem ele prendia, como succedeu a alguns que da capital voltarão por incapazes, não obstante o número de mais de vinte que aqui soltou. Só sim por ter o gosto de darem-lhe o benedicite, como aconteceu a um camarada de tropeiros, e mascate de joias³.

A fonte acima nos mostra um delegado, corrupto por sinal, que era capaz de tudo para conseguir o que queria, não hesitando em se utilizar de ameaças e outras formas de crueldade para seu objetivo. Nota-se que o delegado em questão tinha ciência do quanto os homens da roça temiam serem recrutados para a guerra e se aproveitava disso para chantageá-los caso pensassem em sequer ir contra sua vontade.

Recrutados voluntários e forçados

É importante lembrar que existiram, de fato, voluntários, que decidiram se juntar ao exército, fosse por vontade própria, patriotismo ou até mesmo sede de vingança contra os paraguaios. Um bom exemplo é o Estado de Minas Gerais, a província mais populosa do país na época. De acordo com Sabioni:

Seja pelo patriotismo ou pelos benefícios do decreto; nos primeiros meses da guerra os mineiros se alistaram espontaneamente, se apresentando individualmente, ou em grupos organizados por comissões patrióticas formadas nos municípios. Os voluntários recebiam um auxílio financeiro e, às vezes, recebiam até a farda, para se deslocarem até Ouro Preto (SABIONI, 2017, p. 4).

Sabioni (2017) explica que pelo menos 2.541 homens se alistaram para o exército em Minas Gerais (página 6), porém, como já era previsto, isso demonstrou ser insuficiente para cobrir o alto número de soldados necessários para o front de batalha.

³ *Correio Paulistano*, 13 mar. 1862, p. 2.

Não foi fácil para o governo imperial conseguir novos recrutas, pois a vasta maioria da população brasileira tinha aversão a qualquer coisa relacionada ao alistamento militar, visto que a vida nos quartéis era precária devido às péssimas condições de higiene, má alimentação e constantes abusos por parte dos militares de alta patente. Mas o inimigo tinha de ser combatido, portanto se os convocados não queriam ir por bem, iriam então por mal, daí o sentido do recrutamento forçado.

Assim, os agentes do governo passaram a recolher ditos desafortunados de todas as maneiras possíveis, não sendo incomum que invadissem propriedades à ponta de fuzis para forçar os “escolhidos” a comparecerem ao quartel. Pior que isso eram os sequestros, isso é: quando os agentes decidiam pegar à força as pessoas que se encontravam em condição de rua, não dando a mínima para a condição física e psicológica destes. De acordo com o autor do texto “*Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860*”, Vitor Izeckson (2001):

De fato, os pobres eram o principal alvo do recrutamento, que tinha sido tradicionalmente centrado em um grupo específico: os pobres indesejáveis, quer dizer, migrantes, mendigos, vadios, em suma, aqueles que não gozavam de algum tipo de proteção (IZECKSON, 2001, p. 92).

Houve também o recrutamento da população negra para a linha de frente, mas convencer os senhores de engenho a abrir mão de seus escravos era uma tarefa árdua, pois, de acordo com Balaban (2009), “*Arrebanhar e levar cativos para a guerra seria uma afronta à autoridade senhorial, o que colocaria em risco a própria instituição da escravidão.*” (BALABAN, 2009, p. 246).

Portanto, para convencê-los a abrir mão de seus escravos e ao mesmo tempo convencer essas pessoas a irem para a guerra, o governo decidiu, depois de muita discussão, criar uma lei que permitia aos cativos obterem a alforria após a guerra e ao mesmo tempo reembolsar seus senhores. De acordo com a autora do texto *Comprando soldados: uma estratégia de recrutamento para a Guerra do Paraguai*, Denise Moraes (2017), essa lei, ou melhor, decreto, que foi posto em prática em 6 de novembro de 1866, prometeu conceder:

(...) liberdade gratuita aos escravos da nação que pudessem servir na guerra. Mas um dos pontos de tensão – que era o cuidado para com os senhores de escravos – não foi deixado de lado. Na prática, tal determinação abriu espaço para que os senhores vendessem seus escravos para o governo com esta finalidade (MORAES, 2017, p. 1).

Esse “cuidado” que a autora menciona é a cautela que o governo tinha de ter para não ofender os senhores de engenho mais do que o necessário quanto à provável perda de seus escravos, afinal eles detinham uma grande parte do poder econômico do império e, sem o apoio deles, o país desandaria e o governo imperial estaria com os seus dias contados. Razão pela qual eles (o governo brasileiro) tiveram que ressarcir-los com muito dinheiro para continuar tendo o apoio destes.

Outro autor que também menciona a questão do recrutamento de escravos e a questão do ressarcimento aos senhores de engenho locais é Luiz Claudio Batista, autor do texto “*Guerra do Paraguai: peculiaridades do recrutamento*”. Também Francisco Doratioto, citado pelo autor, faz menção ao decreto de 1866

(...) baixado em 6 de novembro de 1866, os “escravos da nação”, do estado, que servissem no exército em guerra ganhavam a liberdade, enquanto os donos que libertassem os seus, para esse mesmo fim, eram recompensados com título de nobreza. O governo imperial também desapropriou escravos para enviá-los para o Paraguai, pagando indenizações generosas, as quais não deixavam de causar inconvenientes aos fazendeiros, pois era difícil a substituição desse trabalho nas lavouras. O aumento da demanda por escravos elevou seu preço, e cada indivíduo era vendido por dois contos de réis no início de 1868, quando poucos meses antes o valor de renda não era superior a 900 mil réis (DOTARIOTO, apud Batista, 2010 p. 15).

Face à arbitrariedade da polícia e dos agentes do governo, muitos jovens tomaram medidas desesperadas para que as fugas para o mato não se tornassem mais comuns, o casamento arranjado (pois homens casados estavam isentos do alistamento), motins e principalmente deserções, que eram as práticas mais comuns de demonstrar insatisfação com o governo. De acordo com o autor do texto, “*Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860*”, Vitor Izeckson:

A deserção, individual ou coletiva, expressava a insatisfação com a lei e atrapalhava os esforços dos recrutadores. Seguiu-se um grande número de rebeliões contra o recrutamento. Essas revoltas expressaram a desilusão de vários setores com a intromissão de agentes do governo nas suas vidas particulares (IZECKSON, 2001, p. 92).

Outro autor que também menciona a questão da resistência ao recrutamento forçado é Juliana Dantas Rabello, autora do artigo *Resistência ao recrutamento militar na província da Paraíba (1864-1870)*. De acordo com ela:

As fugas e deserções acompanhavam todo o cotidiano do recrutamento no Império. E ouvir falar da aproximação das escoltas de recrutadores, ainda que não houvesse a certeza disso, já era suficiente para espantar os homens e fazê-los correr para os lugares mais inóspitos. Esse era um problema do qual

as elites rurais da Paraíba se queixavam constantemente, afinal, punha em risco a mão de obra livre empregada na lavoura (RABELLO, 2015, p. 12).

Os textos acima nos mostram, de uma maneira geral, o medo que aqueles com idade para serem recrutados sentiam dos agentes do governo. Ao observar o recrutamento de escravos, vemos a resistência dos senhores de engenho, devido ao temor de perder suas mercadorias, pois estava cada vez mais caro e difícil obter mão de obra escrava.

Resistências - Ninguém queria ir para a guerra

Em 1867, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro menciona Alagoas denunciando claramente a violência com que esse recrutamento era feito. Segundo esse periódico, a autoridade maior do Estado, que era o presidente da província, recebia um bônus pelo número de homens aprisionados e levados para essa guerra.

O que vai passando nessa província com a administração do Sr. Moreira de Barros é tão extraordinário que não pode ser compreendido.

(...) S. Ex. porém, que tanto criticava o seu antecessor, o Sr. Alencastre por ser, na phrase de S. Ex., mais um agarrador de gente do que um administrador, em flagrante contradição com suas palavras, tem excedido muito aquelle presidente por actos de violência praticadas nesse empenho, e tal tem sido a excitação pública, que revolta aos ânimos por esse procedimento, que nas vilas de Pilar e Santa Luzia do Norte derão-se tumultos populares bastante graves, resultando disso a libertação aos homens que injustamente tinham sido presos e a desmoralisação a mais completa da autoridade pública.

A índole pacífica e ordeira dos Alagoanos quando assim se sobrescita é porque a compreensão tem tocado ao extremo.

Os íntimos de S. Ex. dizem que o Sr. Moreira de Barros estava tanto mais seguro na província quanto maior for o numero de homens que enviar para a guerra, por outros termos, S. Ex. aproveita as calamidades publicas para se manter na cadeira presidencial.

Actualmente o que se dá na província é uma transacção entre o administrador e os adversários políticos, cedendo aquelle que influencia e posição official em troca de homens. O governo precisa volver suas vistas para esta pobre terra⁴

A fonte nos mostra, então, como a questão do recrutamento forçado foi recebido na província de Alagoas. Vemos povo de alagoano, descrito pelo jornal como um povo pacífico e geralmente obediente, revoltar-se contra as arbitrariedades das autoridades face as crueldades praticadas durante o recrutamento. Outro fato mencionado no trecho é a corrupção e o descaso das autoridades da província, que visavam apenas permanecer no poder.

⁴ *Jornal do Commercio*, 28 dez. 1867, p. 1

Em uma tentativa de evitar problemas durante a condução dos desafortunados para o Rio de Janeiro, o governo autorizou o uso de algemas para deter qualquer tentativa de fuga. Izeckson explica essa questão mencionando o então presidente de Minas Gerais, Vicente Pires da Mota:

Ao discutir esse aspecto da questão, Vicente Pires da Mota oferece algumas das mais contundentes imagens sobre o grau de apoio popular à deserção. Ao descrever o risco de motim ao longo da marcha entre Ouro Preto e a Corte, ele justificava o uso de correntes, mesmo levando em consideração o forte impacto que a visão de recrutas algemados podia ter sobre a população ao longo dos caminhos: "Dei ordens para que as algemas sejam retiradas em Petrópolis, para evitar que eles cheguem à Corte algemados, como partem dos diversos pontos de onde são enviados (IZECKSON, 2001, p. 90).

Porém, isso demonstrou ser inútil já que houve diversos casos de capturados que conseguiram escapar ainda no caminho para a prisão, quer por meio de revoltas ou por ajuda de outros grupos de desertores que formavam guerrilhas com o intuito de libertar seus compatriotas acorrentados. O próprio Izeckson revela através de seu texto sobre as guerras civis americanas e a guerra do Paraguai que não era incomum que os próprios familiares dos acorrentados fizessem parte dessas guerrilhas. Um bom exemplo citado por ele é:

Na cidade de Icó, Ceará, um grupo numeroso de parentes e amigos libertou o guarda nacional designado. Satisfeita com o sucesso da ação, a multidão desfilou em triunfo pelas ruas da cidade carregando o homem libertado. (IZECKSON, 2001, p. 94).

Aqui podemos dizer, através dos trechos citados, que os métodos arbitrários utilizados para forçar os recrutas a participarem da guerra contra a sua vontade geraram, naturalmente, reações negativas por parte destes, que, sem alternativa e temerosos por suas vidas, se utilizaram de diversos meios para não ir. Era comum que se rebelassem contra os seus superiores face à probabilidade de serem tratados como criminosos comuns. Por vezes podiam também contar com amigos e familiares, que como já foi explicado acima, formavam grupos dispostos a tudo para libertar seus entes queridos.

O protagonismo feminino na guerra

Encontro-me na obrigação de dizer que, apesar do preconceito e das inúmeras proibições, muitas mulheres foram para a guerra. Não como soldadas, mas como ajudantes. Um ótimo exemplo é a sertaneja Ana Justina Ferreira Nery, que ao ver seus filhos e irmãos se alistarem para a guerra, decidiu então acompanhá-los como enfermeira, devido ao seu conhecimento de ervas medicinais.

Devemos explicar que Ana Nery (1814-1880) ficou conhecida por ser a pioneira da enfermagem no Brasil, após oferecer seus serviços voluntários nos hospitais militares de Assunção, Corrientes e Humaitá durante o conflito com o Paraguai, recebendo o título de primeira enfermeira do Brasil.

O autor do artigo “*Mulheres sertanejas na guerra do Paraguai*” Marcelo Santos Rodrigues explica as razões que levaram a enfermeira a se juntar às tropas brasileiras através de uma carta da enfermeira escrita ao presidente da província da Bahia Manuel Pinto de Souza Dantas:

(...) tendo já marchado para o exército dois de meus filhos, além de um irmão outros parentes, e havendo-se oferecido o que me restava nesta cidade, aluno do sexto ano de medicina para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes na defesa do país, oferecendo os seus serviços médicos,- como brasileira, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros e por tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isso me fosse permitido, mas opondo-se a este o meu desejo, a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia estes motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, com que satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe, e aos deveres de humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas para honra e brio nacionais e integridade do império. Digne V. Excia. De acolher benigno este meu espontâneo, ditado tão somente pela voz do coração. (Carta de Ana Nery ao governador da Bahia, Apud. SANTOS, 2004, p. 4)

Além de Ana Nery, havia outras mulheres que também se envolveram com a guerra de um modo ou de outro, conforme aponta, por exemplo, Palhano (et al):

Não só homens se alistaram, mas mulheres tocadas por um sentimento patriótico aderiram ao serviço voluntário de diversas maneiras: preparando os filhos e enviando-os para o serviço militar, outras se encarregaram de bordar bandeiras nacionais e as ofereciam as tropas de voluntários que partiram para a luta, outras ainda serviram como enfermeiras nos “hospitais de sangue.” (PALHANO, SOUZA e MARIN, 2016, p. 2).

Os trechos citados acima nos mostram que apesar das proibições contra a presença feminina na guerra, muitas mulheres de fato participaram e contribuíram ativamente para o esforço de guerra, fosse como enfermeiras nos hospitais, bordadeiras de bandeira e até mesmo acompanhantes das tropas.

Também os indígenas?

Pode parecer estranho, mas o governo brasileiro também recrutou indígenas. De acordo com a autora do texto, *A Guerra do Brasil com o Paraguai: A presença de grupos indígenas no conflito (1860-1870)*, Rosely Batista Miranda de Almeida,:

Os índios eram apresentados como conhecedores do território que servia de passagem e moradia também aos não-índios que chegavam nessas paragens com objetivos de conquista. Em caso dos militares necessitarem dos serviços prestados pelos indígenas, estes eram requisitados das aldeias através de solicitações aos Diretores destas.” (ALMEIDA, 2006, p. 5).

A fonte acima nos mostra o quão foi importante a atuação indígena na guerra do Paraguai visto que eles conheciam perfeitamente o ambiente em que viviam e seriam úteis para guiar os soldados para a frente de guerra. Razão pela qual os militares brasileiros resolveram recrutá-los para a guerra.

Rosely Almeida também explica que uma das razões pela qual os povos indígenas aderiram à guerra do lado brasileiro foi as disputas territoriais que estes tinham com os paraguaios. De acordo com ela:

“Os grupos indígenas que atuaram na Guerra com o Paraguai, do lado brasileiro, são oriundos da região do Chaco, sendo o rio Paraguai um marco de limite natural para as populações indígenas daquele espaço geográfico. Um dos povos que dominavam as suas margens, eram os horticultores guarani. Ocorriam constantes conflitos destes povos com outros habitantes do Chaco, mesmo antes da chegada dos espanhóis no século XVI. (ALMEIDA, 2006, p.3)

Aqui a autora explica que a região do Chaco, atualmente um território paraguaio, foi palco de inúmeros conflitos por parte dos moradores locais antes mesmo da chegada dos europeus à região, além de nos dar uma ideia das relações dos indígenas com os seus vizinhos paraguaios.

Rosely Almeida também explica, mencionando o autor do livro “ uma história da guerra” John Keegan, que para muitos indígenas a guerra:

(...) Abarca muito mais que a política, que é sempre uma expressão de cultura e, em algumas sociedades, é a própria cultura. (KEEGAN, apud, Almeida. 2006 p. 2)

Aqui a autora explica que guerrear fazia parte da cultura dos nativos locais. A guerra para eles não era nada mais do que uma parte do seu cotidiano, ou seja, para eles, guerrear era visto como algo normal.

Considerações Finais

Os jornais analisados permaneceram firmemente contra o recrutamento militar forçado, apesar dos incentivos utilizados pelo governo para convocar novos soldados. As arbitrariedades praticadas pelo governo eram condenadas por aqueles jornais e por uma parcela da população livre, muitas vezes obrigada a entrar no conflito contra sua própria vontade. Do mesmo modo, ocorreu o recrutamento forçado de escravos,

indígenas e populações menos favorecidas, visto que a elite e as classes mais abastadas se recusavam a se alistar espontaneamente, pois acreditavam que a guerra fosse apenas para os pobres, tal como afirmou Izeckson (2001). Podemos também concluir que apesar das leis restritivas contra a participação feminina na guerra, muitas mulheres resolveram acompanhar os soldados diretamente no campo de batalha atuando como enfermeiras, devido as suas habilidades, competências médicas e ao conhecimento de ervas e plantas medicinais. Para o autor citado acima, por serem alvo do menosprezo dos grupos sociais privilegiados, as populações socialmente vulneráveis foram obrigadas a compor as fileiras dos recrutas que tinham como destino o conflito: eram mortes necessárias, pelo menos do ponto de vista da elite. Quanto à questão do recrutamento dos escravos, percebemos que o governo obteve um pouco mais de sucesso devido às promessas de liberdade após o conflito. Por fim, ao concluir a questão indígena, podemos dizer que a razão deles terem participado da guerra foi devido a antigos conflitos com os seus vizinhos paraguaios.

FONTES

Jornal do Commercio, 28 dez. 1867, p. 1

Diário de S. Paulo, 8 ago. 1865, p.2

Correio Paulistano, 13 mar. 1862, p. 2.

REFERÊNCIAS

BALABAN, Marcelo 2009. Voluntários Involuntários. O recrutamento para a guerra no Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX. Revista Mundo dos trabalhos

SABIONI, ANTÔNIO CLARET SOARES. Voluntários da pátria na guerra do Paraguai: a epopeia do 17º corpo de minas gerais. Trabalho de conclusão de curso de especialização em história militar da universidade do sul de Santa Catarina 2017

BATISTA, LUIS CLAUDIO. *Guerra do Paraguai: Peculiaridades do recrutamento* monografia. UFP. 2010. Biblioteca do exército, editora 2000, p. 45. 7.

MORAES, DENISE Comprando soldados: Uma estratégia de recrutamento para a guerra do Paraguai. Café história -história feita com cliques. 2017

IZECKSON VÍTOR. Resistencia ao recrutamento para o exército durante as guerras civis e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. Estudos históricos. Rio de Janeiro, n.27, 2001

SANTOS RODRIGUES MARCELO. Mulheres Sertanejas na guerra do Paraguai. 2004

HADYLSE MARIA SOUZA PALHANO, ROSILENE APARECIDA DE OLIVEIRA DE SOUZA E JERRI ROBERTO MARÍN. A atuação das mulheres na guerra do Paraguai: entre mitos e história, muitos personagens importantes. Coxim, ANPUH MS. 2016

DANTAS RABELO JULIANA, 2015. RESISTÊNCIA AO RECRUTAMENTO MILITAR NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1864-1870). XXVIII simpósio nacional de História Florianópolis, SC.

NUNES Mariana. Guerra do Paraguai e sua ideologia. Revista Cantareira. O tempo Saquarema. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 2003

ALMEIDA ROSELY BATISTA MIRANDA DE. A PRESENÇA INDÍGENA NA GUERRA COM O PARAGUAI. (1864-1870) Dissertação (Mestrado em História) instituto de ciências humanas e sociais. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, CUIABÁ, MT, 2006